

A luta dos trabalhadores no tempo de Marx

Antonio Elias Sobrinho*

A apresentação

O objetivo fundamental deste artigo é fazer um levantamento inicial das resistências dos trabalhadores contra as manobras das classes dominantes no período de afirmação e consolidação do modo de produção capitalista. A referência é a Revolução Industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, que culminou com a desapropriação de grandes contingentes populacionais e a submissão deles às relações capitalistas de trabalho.

Por outro lado, assinalo que este é um levantamento inicial e panorâmico, baseado apenas em alguns escritos de Karl Marx, como indicativo de que a visão deste pensador, com relação às possibilidades de transformação do capitalismo para o socialismo, era um processo que tinha, no próprio desenvolvimento do capitalismo as suas raízes fundamentais.

A Resistência dos Trabalhadores

A luta dos homens, desde os primórdios da História, tem como meta fundamental a conquista das condições materiais para a manutenção de sua existência e de seus familiares. O processo histórico para a realização desse objetivo é o trabalho, onde, a partir do qual, o homem começa a submeter a natureza para a realização de suas necessidades num processo de interação no qual ambos se modificam.¹ Assim, os homens, para poderem pensar, lutar pelos aspectos ideológicos e pelas formas de organização e aperfeiçoamento da sociedade, primeiro precisam garantir suas formas materiais de existência.²

Marx partia da premissa de que os trabalhadores não possuíam, a princípio, qualquer plano geral que pudessem projetar alguma situação nova com possíveis desdobramentos. Aliás, os operários nem escolheram ser operários. Foram submetidos ao poder do capital através de um processo forçado, chamado por Marx no Livro Primeiro, Capítulo XXIV, de *O Capital*, de processo de acumulação de capitais ou acumulação primitiva que culminou com a desapropriação dos trabalhadores. Assim, sua luta, sua resistência, foi se desenvolvendo pelo próprio instinto de sobrevivência, o que possibilitou

a intensificação dos conflitos entre o capital e o trabalho até o ponto desse conflito se generalizar e adquirir a dimensão de uma luta de classes.³

A reação dos trabalhadores contra a exploração e as precárias condições de vida começa, efetivamente, e, de forma mais vigorosa, quando descobrem que quanto mais trabalham mais aumentam a riqueza e o poder dos exploradores e que se tornam mais difíceis suas condições de existência. Verificam também que os salários se tornam cada vez mais aviltados⁴ devido, por um lado, à própria dinâmica do capitalismo, sujeito cada vez mais a um processo de concentração e de crises e, por outro lado, à concorrência cada vez maior no mercado de trabalho. Isto porque, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e aos investimentos em tecnologias, forma-se uma camada imensa de desempregados que contribuem para aumentar a concorrência entre os próprios trabalhadores.

Assim, as riquezas tendem a se concentrar cada vez mais. Este processo, longo e violento, culmina com a desapropriação dos camponeses e artesãos.⁵ A partir daí, o conflito entre as classes sociais adquiriu uma nova dimensão. O proletariado, pressionado pela violência da exploração, passou a lutar contra a permanência dessas condições. Segundo Marx,

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.⁶

A reação dos operários começa das mais variadas formas, inclusive articulando associações para encaminhar suas demandas, dando origem aos sindicatos

*Professor de História pela UFF e Mestre em Serviço Social pela UFRJ.

¹Para aprofundar essa questão ver: MARX, Karl, *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Capítulo V. São Paulo: Nova Cultural, 1985-a, p.149-155

²Ver na *Ideologia Alemã*. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.31.

³Ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich *Manifesto do Partido Comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Manifesto do Partido Comunista*, 150 Anos depois. Rio de Janeiro, 1998.

⁴MARX, Karl. *Salário, preço e lucro...* In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 57 a 100.

⁵Ver o estudo sobre os chamados “cercamentos” dos campos ingleses, no qual Marx argumenta que grande parte dos grandes proprietários, movidos pela perspectiva de exploração de suas terras para fins de acumulação, tanto para produção agrícola visando o mercado, como para criação de ovelhas, afim de produzir lã, expulsam os camponeses e se apropriam plenamente das terras. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, Livro Primeiro, Capítulo XXIV. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985-b.

⁶MARX, op. cit., 1985-a. p. 214.

e mais tarde aos partidos políticos. Esse conflito, que a princípio era localizado, geralmente em torno das fábricas, aos poucos foi tomando dimensões enormes. Como as mediações por meio de negociações eram quase inexistentes, devido à ausência de interlocutores consistentes e a precariedade de representatividade das classes sociais, capazes de construir qualquer tipo de consenso, eles degeneravam, não raro, em confrontos violentos. Aos poucos, este conflito foi crescendo e agregando cada vez mais segmentos diversos. De um lado, o Estado foi se tornando mais complexo, assumindo de forma cada vez mais sofisticada os interesses de uma classe, ao ponto de Marx e Engels afirmarem o seguinte: “*O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.*”⁷

Assim, como os grandes proprietários foram se agregando em corporações cada vez mais poderosas, com uma abrangência econômica e territorial crescentes, por outro lado, os trabalhadores foram também se agregando em torno de suas entidades representativas e avançando, conseguindo vitórias, mas sofrendo também derrotas. O próprio Marx, por exemplo, presenciou e participou de algumas dessas derrotas, como as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris, em 1871.

A característica fundamental deste conflito representava o esforço das classes dominantes para preservar o funcionamento do poder sob seu controle, e dos trabalhadores, tentando socializar as decisões políticas. As dificuldades eram derivadas da tenaz resistência da burguesia, como também da dificuldade dos trabalhadores para formular um projeto democrático, que unificasse não só os diversos interesses corporativos sociais, como também os diversos projetos políticos. Para isso, contribuía o grande poder de atração que exerciam, sobre os diversos quadros, as benesses do poder e dos cargos públicos.

Os trabalhadores procuravam utilizar diversas estratégias, inclusive a violência e paralisações na produção. Entretanto, a burguesia, além do poder econômico, contava com a participação da força pública. Ela tinha, também, o poder de encaminhar e votar as leis no Parlamento, como também possibilidades de sabotar as que beneficiavam aos trabalhadores. A Inglaterra foi o cenário principal para esses primeiros conflitos.⁸

Rosa Luxemburgo, no final do século XIX e início do século XX, em sua polêmica com os moderados da social democracia alemã, demonstrava ceticismo com relação à questão das leis, que possam favorecer a classe operária. As leis podem, no máximo, representar vitórias eventuais. No fundo, a questão legal sempre foi uma estratégia utilizada pelas classes dominantes, para

moderar o ímpeto do movimento dos trabalhadores. Porém, nas próximas oportunidades, quando o clima se acalma, tudo volta ao estado anterior. Para ela, a burguesia não cede um milímetro de seus privilégios, se isso significar a redução de seus lucros, sendo que o essencial no capitalismo é a relação de trabalho assalariado. A legalidade é apenas o elemento que mascara e justifica essa relação. Assim, o que distingue, segundo Luxemburgo, o capitalismo das sociedades anteriores é que nestas a exploração e a extração de um excedente era feito por instrumentos de coação política, onde predominava o exercício da força, enquanto que no capitalismo os direitos ficam subordinados, prioritariamente, às relações econômicas. Portanto, os trabalhadores não se tornaram operários por questões legais. O Estado interferiu, é certo, estabelecendo leis para coagir a mão-de-obra, forçou as pessoas a se incorporar ao mercado de trabalho, porém foi a incapacidade de garantir a sobrevivência, de forma independente, que obrigou muitos a trabalhar em troca de salários.⁹

Porém, se Rosa não dava muita importância à luta dos trabalhadores via parlamento, ela também não descartava a importância desse instrumento, sobretudo como forma de propaganda, que poderia ser usado pelos representantes da classe operária como uma tribuna para denunciar as formas de exploração, como também o comportamento dos poderes públicos nas ações repressivas aos movimentos dos trabalhadores; em suma, ela sabia que a questão decisiva não se encontrava aí, na questão legal, mas sabia também que era em função da lei que no capitalismo as relações funcionavam e é geralmente, em função dela que, em primeira instância, os trabalhadores se mobilizam. Isto é, eles não incorporam, nos seus embates cotidianos com o capital, propostas muito genéricas ou abstratas, como o socialismo.

Porém, a posição de Rosa Luxemburgo só pode ser compreendida, de forma satisfatória, vista no contexto em que ela viveu, e no seu confronto com a máquina moderada do Partido Social Democrata Alemão em torno das questões sobre reforma ou revolução. Naquele momento, o movimento dos trabalhadores crescia, assim como também se fortaleciam tanto os partidos como também os sindicatos ligados à classe operária. Esta tendência favoreceu o aparecimento e o fortalecimento de um reformismo que renegava elementos fundamentais da teoria de Marx, como a questão da validade da revolução para alcançar o socialismo.¹⁰

Acima de qualquer divergência, o certo é que as pessoas que foram expulsas das suas antigas formas de sobrevivência, procuraram sobreviver de acordo com as

⁷No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels não só fazem uma sintética descrição do progresso da luta dos trabalhadores, como também, assinalam a posição que o Estado assume nesse confronto. MARX, Karl; ENGELS Friedrich, op. cit. 1998. p. 10.

⁸Em *Os Trabalhadores*, Hobsbawm apresenta, numa descrição muito abrangente, tendo como cenário a Inglaterra, aspectos da luta de resistência dos trabalhadores, bem como suas principais formas de organização, desde fins do século XVIII até começos do século XX. Ver: HOBSBAWM, Eric, *Os Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

⁹Ver LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 1999, p. 94-105.

¹⁰Esse quadro animador, que se manifestava nos processos eleitorais e nas mobilizações de trabalhadores é descrito por Engels na sua Introdução de 1995. ENGELS, Friedrich, Introdução ao livro Marx: *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. In: MARX, Karl, *A Revolução Antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular. Cf p.37-62.

circunstâncias, resistindo a um enquadramento na nova ordem, que requeria deles uma nova forma de comportamento e uma disciplina com a qual não tinham a menor intimidade. Isto porque, com a introdução da máquina, todas aquelas habilidades manuais foram substituídas pela força mecânica e por novos processos de trabalho.

Temos de considerar, também, o fato de que o processo de desapropriação foi extremamente rápido e que as condições criadas na nova sociedade industrial para absorvê-los não se desenvolveram no mesmo ritmo. Assim, diante dessas circunstâncias, entrou em ação o Estado com a função de fazer um enquadramento forçado.¹¹ A Inglaterra, país pioneiro nesse processo devastador e onde a situação social apresentava-se mais grave, foi também onde a legislação nesse sentido foi criada e usada com maior rigor. Marx esclarece seguinte maneira: *“Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado”*.¹² Além do enquadramento forçado, no sentido de obrigar as pessoas ao trabalho nas fábricas, a burguesia, através do Estado, também promoveu uma regulação do salário para evitar não só uma concorrência entre os capitalistas, como também evitar os movimentos de reivindicações através de ações políticas. Assim,

a burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para 'regular' o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.¹³

Esses conflitos, entre burgueses e trabalhadores, que a princípio ocorriam entre indivíduos ou entre pequenos grupos, aos poucos foram assumindo cada vez mais um choque entre as classes sociais. Mesmo sendo ainda precário o grau de unidade e sua consciência, o que existia de fato era a luta econômica, que mesmo se explicitando apenas em torno de aumento de salários e das melhorias das condições de existência, não deixaram de ter também uma significação política muito forte e de apontar para um futuro promissor. Assim, como diziam Marx e Engels, *“os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevações. Em alguns lugares a luta explode em revolta”*.¹⁴

A maioria dessas lutas, desencadeadas, sobretudo, nas décadas de 1830 e 1840, estimuladas pelas precárias condições de trabalho e pelas organizações de trabalhadores, tendo à frente o movimento cartista inglês,

alcançou vitórias significativas, inclusive vitórias formais ao nível do Parlamento. Quando esses movimentos assumiram proporções inesperadas pela classe dominante, ultrapassando inclusive os limites de simples reivindicações corporativas, e se espalhou pelos principais centros econômicos e políticos da Europa, todos os setores das classes dominantes se uniram, em defesa dos princípios liberais, e esmagaram todas as iniciativas do movimento operário, que se concentrou em 1848. Sobre esses acontecimentos, esse trecho de *O Capital* é o suficiente para dar uma pequena demonstração do episódio:

A campanha preliminar do capital havia fracassado e a lei das 10 horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Entrementes, o fiasco do partido cartista, com seus chefes na cadeia e sua organização arrebatada, tinha abalado a autoconfiança da classe trabalhadora inglesa. Logo em seguida, a insurreição parisiense de junho e seu afogamento em sangue uniram, tanto na Inglaterra quanto na Europa continental, todas as frações das classes dominantes[...]. A classe trabalhadora foi por toda parte proscrita, anatemizada, colocada sob a *loi des suspects*. Os senhores fabricantes já não precisavam, portanto, de constranger. Rebelaram-se [...] contra toda a legislação que a partir de 1833 procurava, de certa forma, refrear a “livre” exploração da força de trabalho.¹⁵

A luta pela regulamentação da jornada de trabalho certamente era um dos aspectos cruciais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores principalmente porque os meios de produção tinham ainda uma baixa incorporação de tecnologia e, portanto, a utilização da mão-de-obra em quantidade era fundamental para o processo de acumulação. Assim, a jornada de trabalho se estendia até o limite da resistência física do trabalhador, não lhe sobrando nenhum tempo para o lazer nem para a convivência com a família. Mesmo nas fábricas que partiam na frente com relação aos investimentos em novos instrumentos de trabalho, a jornada não diminuía porque o capitalista almejava recuperar o investimento feito o mais rápido possível, para aumentar sua taxa de lucro. Nessas condições, a resistência dos trabalhadores tendia a ser precária, devido à falta de planejamento nas articulações políticas que pudessem congregar um conjunto maior de trabalhadores.

Além disso, existia uma defasagem acentuada entre as vanguardas e as grandes massas de trabalhadores. Mesmo assim, Marx acatava essas iniciativas como elementos de experiência e acumulação de forças, porém assinalando, que a conquista de uma jornada de trabalho que possa ser considerada normal só era possível com a mobilização de amplas massas, transformando o movimento numa luta duradoura. Só assim era possível, segundo ele, transformar as demandas dos trabalhadores numa proposta e em ações que ultrapassassem o nível do imediatismo e do corporativo.¹⁶

¹¹MARX, Karl, op. cit., 1985-b, cf. p. 263-272.

¹²Ibid. p. 277.

¹³Idem, p. 277.

¹⁴MARX e ENGELS, op. cit., 1998, p. 16.

¹⁵MARX, op. cit., 1985-a, p. 226)

¹⁶Maiores detalhes sobre essa questão ver: MARX, Karl, op.cit., Capítulo VIII 1985-a, p. 211-220

A princípio, os movimentos, apesar de significativos, não possuíam, ainda, a organização e a articulação entre as vanguardas e o conjunto dos trabalhadores. A importância deles residia no fato de que abriram os caminhos e demonstraram, para toda a sociedade, sobretudo para as camadas populares, não só o grau e o nível de exploração como também assumiram as responsabilidades pelos riscos, demonstrando, com isso, que a reação não só era possível como necessária. Essa bravura, porém, mostrou os limites da capacidade dos trabalhadores para um enfrentamento de grandes proporções. Não só as condições materiais eram muito precárias, devido ao pequeno grau de articulação e de cultura política, como a própria relação de trabalho no capitalismo era também embrionária. Tudo isso dificultava não só a realização das ações, como também a compreensão do que realmente se queria mudar. Muitas vezes, por exemplo, dirigiam seus ataques *“contra os próprios instrumentos de produção”* destruindo *“as mercadorias concorrentes vindas de fora”*, depredando as máquinas, incendiando as fábricas, procurando *“reconquistar a posição perdida do trabalhador na Idade Média”*.¹⁷ Os movimentos, não raro, não possuíam uma noção aproximada das reais possibilidades, por isso, buscavam uma espécie de paraíso igualitário perdido. De qualquer maneira, Marx estava convencido de que, qualquer resultado favorável *“...não seria alcançado por acordos particulares entre os operários e os capitalistas. É a necessidade de uma ação política geral que demonstra claramente que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte”*.¹⁸

Os primeiros movimentos da classe operária que podemos considerar com alguma consistência só reapareceram a partir da década de 1860, com a rearticulação após os movimentos revolucionários de 1848. Isto porque, as consequências das derrotas daqueles movimentos, provocaram um grande retrocesso. De um lado, as organizações foram destruídas; e por outro, o capitalismo começou um período de desenvolvimento e de expansão que favoreciam as posições e reações da burguesia. Porém, apesar das derrotas, os trabalhadores aprenderam e se convenceram de que suas lutas não podiam ficar atreladas nem ao passado e nem aos interesses das classes dominantes. A rearticulação do movimento demorou décadas e, mesmo assim, com articulações de cúpulas, sem muita correspondência com o movimento real.

Podemos mencionar, por exemplo, a existência de várias iniciativas, nos principais centros do capitalismo, porém, iniciativas formais, cheias de nobres intenções, mas que não exprimiam a realidade dos locais de trabalho e nem mobilizavam as bases efetivas da classe operária. Porém, elas contribuíram para um revigoramento da luta, inclusive com um peso forte para as conquistas democráticas. Nos Estados Unidos da América, em agosto de 1866, “O congresso geral dos trabalhadores de Baltimore” tirou uma resolução, transcrita por Marx que dizia o seguinte; *“A primeira e*

mais importante exigência dos tempos presentes para libertar o trabalhador da escravidão capitalista é a promulgação de uma lei, pela qual deve ser estabelecida uma jornada normal de trabalho de oito horas (...) Estamos decididos a empregar todas as nossas forças até termos alcançado esse glorioso resultado”.¹⁹

Marx transcreve outra resolução dos trabalhadores num congresso internacional, realizado em Genebra, apresentada pelo Conselho Geral de Londres, onde dizia o seguinte: *“Declaramos a limitação da jornada de trabalho uma condição preliminar, sem a qual todas as demais tentativas para a emancipação devem necessariamente fracassar (...) Propomos oito horas de trabalho como limite legal da jornada de trabalho”*.²⁰ Em função dessas declarações, é importante considerar que os Estados Unidos tinham saído, um ano antes, de uma guerra civil, quando as forças dos estados do Norte impuseram uma derrota aos estados escravistas do Sul, trazendo como consequência a libertação dos escravos e o início de uma expansão extraordinária do capitalismo naquele país, criando as condições para que os trabalhadores melhorassem sua influência nesse processo. Por outro lado, na Inglaterra, os trabalhadores procuravam aproveitar uma situação em que este país consolidava sua hegemonia num processo internacional do trabalho e se apresentava perante o mundo como um país defensor dos direitos, combatendo inclusive todas as formas de escravidão e servidão em todas as partes do mundo.

Observamos, por essas manifestações de solidariedade dos trabalhadores, em várias partes do mundo, através de suas entidades representativas, uma perspectiva verdadeiramente promissora para o movimento internacional dos trabalhadores. Isso foi muito importante no sentido de apontar um caminho para o futuro. No entanto, comparado ao movimento do capital, tanto no sentido da expansão econômica como no sentido da propagação dos conflitos armados entre as nações, observamos a desproporção de forças. Nesse sentido, não podemos descartar as influências culturais da época, marcadas por uma dosagem de romantismo. Este movimento, que permeava todos os traços da civilização do século XIX, que se caracterizava pelos grandes feitos realizados por personagens emblemáticos ou por pequenos grupos convencidos de uma grande superioridade moral, influenciava aquelas lideranças que possuíam pouca representatividade entre os trabalhadores, porém se inspiravam neles e acreditavam poder mudar a realidade existente sem eles. Visualizavam uma libertação e uma democracia sem nenhuma estratégia política, sem partidos e sem confrontos práticos. Marx não era um romântico, porém, como homem do seu tempo e *“absorvido apaixonadamente pela nobre vontade de transformar uma sociedade injusta e substituí-la rapidamente por uma outra melhor; Marx foi levado a privilegiar... os movimentos históricos que se realizam em ritmos mais ou menos acelerados.”*²¹

¹⁹MARX, 1985-a, op. cit., p. 237.

²⁰Idem, p. 237

²¹KONDER, Leandro, *O Futuro de filosofia da Práxis: O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 46.

¹⁷MARX & ENGELS, op. cit., 1998, p. 16.

¹⁸MARX, op. cit., 2004, p. 94-95.

Assim, podemos concluir que a resistência dos trabalhadores contra as manobras das classes dominantes era ainda muito precária, principalmente nos momentos de grandes conflitos armados, envolvendo grandes potências. Eles prejudicavam profundamente a vida dos trabalhadores, não só pelas devastações que provocavam, como também pelas destruições na produção, quando os pobres tornavam-se as grandes vítimas, como também pelos processos de mobilizações que recrutavam grande parte dos trabalhadores, obrigando-os a abandonar seus trabalhos e suas famílias. Antes da guerra que envolveu a França e a Alemanha, lideranças importantes estavam convencidas que podiam interferir ou até mudar o rumo dos acontecimentos quando afirmam:

A classe operária estende uma mão fraterna aos trabalhadores da França e da Alemanha. [...] Enquanto a França e a Alemanha oficiais se precipitam numa luta fratricida, os operários da França e da Alemanha trocam mensagens de paz e de amizade. Este fato único, sem paralelo na história do passado, abre a via a um futuro mais luminoso. Ele prova que, em oposição à velha sociedade, com as suas misérias econômicas e o seu delírio político, está a nascer uma nova sociedade, cuja regra internacional será a Paz, porque em cada nação reinará o mesmo princípio: o Trabalho! O pioneiro desta nova sociedade é a Associação Internacional dos Trabalhadores.²²

Esse comunicado não contribuiu, de forma significativa, para preservar a paz porque sua representação estava muito aquém do que era necessário. O poder dos Estados, que conseguiam aglutinar em torno de si as principais forças econômicas, era imensamente superior às pretensões dos grupos pacifistas e revolucionários. Até porque as guerras, naquelas circunstâncias, exatamente quando se iniciavam as grandes disputas entre as potências imperialistas, tendiam a sensibilizar multidões em função da questão nacional que acenava com a possibilidade da grandeza da pátria e a melhoria das condições de vida da população que podiam vir através das conquistas. De qualquer maneira, mesmo em grande desvantagem, os operários tomaram consciência de que a luta era essencial para que a tragédia não se aprofundasse; e a luta imediata, corporativa, aquela que ele trava todos os dias, regra geral, tem duas alternativas, que são concomitantes: uma, é a redução da jornada de trabalho; outra, o aumento nominal dos salários. O objetivo era encontrar um equilíbrio, porque sabiam que, se as condições de trabalho continuassem dependentes da vontade dos capitalistas, a exploração alcançaria o limite máximo das possibilidades físicas dos trabalhadores e suas condições se degradariam ao nível do trabalho escravo.

A argumentação de Marx refletia as condições dos trabalhadores no momento e tornava-se imprescindível para a mobilização em torno da modificação das condições imediatas, assim como também sinalizavam para a possibilidade de conquistas

maiores. Era esse processo de acumulação de forças, que provocava em Marx e Engels uma convicção de que o modo de produção capitalista era um modelo de sociedade historicamente condenado a desaparecer a partir de suas próprias contradições; e o proletariado seria o agente fundamental desta transformação porque ele não tinha nada a perder e o futuro para ganhar. Assim, mesmo reconhecendo, circunstancialmente, a superioridade da burguesia, não só pelo seu poder econômico, mas também pela possibilidade de mobilizar as forças do Estado, porém, esta capacidade que a classe operária possuía de, resistir à exploração e a opressão, levaria, segundo Marx e Engels, a um desfecho mais definitivo, quando afirmam que: “*Ao delinear as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a guerra civil mais ou menos oculta que se trava no interior da sociedade atual, até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia*”.²³

Porém, esses confrontos, puramente corporativos, motivados apenas pelos interesses imediatos, quando desvinculados de qualquer estratégia de futuro, tendiam geralmente ao fracasso. As possibilidades dos trabalhadores aumentavam de forma significativa quando os interesses específicos casavam com os interesses mais gerais da política. E, nesse caso, a luta pela democracia apresentava uma motivação expressiva. Para Marx, os operários “*Não deve[m] esquecer que a luta é contra os efeitos, mas não contra as causas dos efeitos (...) A classe operária deve saber que o sistema atual (...) engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade*”.²⁴

Para o revolucionário alemão, essa resistência dos trabalhadores, por mais importante que fosse não podia abandonar o que era central no seu objetivo maior, que era a luta política contra a exploração do capital sobre o trabalho. Para ele, os sindicatos eram entidades que cumpriam um papel muito importante na organização dos trabalhadores, no seu embate contra o patronato no sentido de resistirem contra os efeitos da exploração. Porém, deviam, “*ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado*”.²⁵

Lênin, principalmente no seu livro *Que fazer?*²⁶ trata dessa questão de maneira importante. Para ele, nem os trabalhadores na sua luta cotidiana contra os capitalistas nem os sindicatos de representação corporativa, tinham a capacidade e nem o entendimento suficiente para liderar uma luta contra o sistema em seu conjunto. A luta política, com essa tarefa, não podia desenvolver-se por aí. Ela podia, no entanto, ser o começo. Porém, a luta política, em seu sentido mais geral, com objetivo transformador só podia ser empreendida

²³MARX & ENGELS, op. cit. 1998, p. 19.

²⁴MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.), op. cit., 2004, p. 98)

²⁵Idem. p. 99.

²⁶LÊNIN, Vladimir Ilich, *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978, p. 23-26.

²²MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*. Lisboa: Ed. Estampa, 1976. Biblioteca do Socialismo Científico.

por algo que viesse de fora dessa relação e se concretizasse na organização de um partido político que fosse capaz de congregar em torno de si as demandas sociais de uma maneira geral e articulá-las num projeto político global. Portanto, para Lênin, numa compreensão extraordinariamente atual, o processo revolucionário não nascia das lutas dos operários porque estas não produziam uma consciência socialista. Esta nascia e crescia evidentemente no próprio seio de funcionamento do capitalismo, porém, não era algo natural; ela era algo que se desenvolvia, segundo Lênin, baseada em fundamentos teóricos e que se efetivava numa prática política em relação com o movimento operário.

Lênin, portanto, queria dizer que sem uma teoria revolucionária não era possível a revolução e essa teoria não era uma produção puramente empírica, produzida pelas relações imediatas de trabalho, mas isso não quer dizer que delas prescindisse. A teoria era uma produção intelectual que, segundo ele, era realizada por vanguardas, teóricos, que articulavam a teoria, a organização e a estratégia com a prática dos homens nas suas relações sociais.

Logo, só um partido político revolucionário seria capaz de conceber um projeto de caráter realmente universal, que a partir das posições de uma classe fosse capaz de superar todos os interesses particulares. Nesta fase do capitalismo, que estamos descrevendo, quando as transformações ainda estavam provocando um grande impacto social e a organização da classe operária era ainda muito incipiente, a existência de um partido, conforme ele previu mais adiante, era quase impossível.

As formas de produção, na grande indústria, com a sua concentração cada vez mais acelerada, agravavam cada vez mais as contradições e os antagonismos, primeiro porque com a introdução da máquina, grande parte das formas de produção anteriores ou eram submetidas e perdiam a autonomia ou desapareciam pela concorrência, deixando um rastro de misérias; segundo, porque ao racionalizar a produção e aumentar a proporção do capital constante sobre o capital variável,²⁷ um grande contingente sobrava e tornava-se excedente. Isto resultava na formação de uma multidão de desempregados, aumentando a concorrência entre os próprios trabalhadores, provocando cada vez mais um agravamento da situação, devido ao aumento da exploração e da opressão, assim como também dificultando as estratégias e as possibilidades de mudança. Porém, apesar de todas as dificuldades, para Marx,

a construção do futuro procura ligar passado e presente, como desdobramento das possibilidades neles contidas, através da ação humana. É sua capacidade de identificar as tensões principais, o cerne da manutenção das classes dominantes, que permite imaginar um futuro radicalmente transformado. Mas é ela que

permite acumular lutas, reagir e resistir, alterando o padrão do conflito e construindo – abrindo – mais possibilidades.²⁸

Assim, é diante desse quadro que a classe operária, a partir do século XIX, vai se debater para encontrar uma alternativa com direção à construção de um regime verdadeiramente democrático.

Considerações Finais

A primeira conclusão que devo tirar do texto acima é que, no século XIX, mesmo sendo a exploração num grau muito acentuado, a capacidade da classe trabalhadora de impor uma resistência de forma mais organizada que pudesse ameaçar seriamente o domínio do capital, era ainda muito reduzida. O movimento, regra geral, ocorria de maneira muito fragmentada, com respostas tópicas a determinadas situações específicas e com reivindicações, no essencial, muito corporativas.

A segunda é que os conflitos geralmente degeneravam em violência, na medida em que, naquelas circunstâncias, a política era algo exclusiva dos grupos dominantes, que estendiam seus interesses privados à esfera dos interesses públicos e tinham no Estado como o elemento de sua representação exclusiva, impossibilitando ou dificultando processos de negociações.

Artigo recebido em 16.9.2011

Aprovado em 14.11.2011

²⁷O capital constante, que são os meios de produção – matérias primas, matérias auxiliares e instrumentos de trabalho – , não se alteram ao participar do processo; enquanto o capital variável – a força do trabalho se altera. “Reproduz o seu próprio equivalente acrescido de um excedente, uma mais-valia...” MARX, Karl, *Textos Econômicos*, Lisboa, Ed. Estampa, 1973, p. 69.

²⁸FONTES, Virginia. *O Manifesto Comunista e o pensamento histórico*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.), op.cit., p. 167.